

ACNUR financia projectos de refixação de repatriados

Cerca de 30 escolas primárias e um número não especificado de postos e centros de Saúde poderão ser construídos até Dezembro deste ano na província de Manica. Os projectos, a serem executados por várias organizações não-governamentais que operam na província, são financiados pelo ACNUR que para o efeito já disponibilizou mais de oito milhões de dólares americanos.

Garicai Domingos Penicela, delegado do Núcleo de Apoio aos Refugiados (NAR), que revelou o facto à nossa Reportagem, afirmou que os projectos surgem no quadro do apoio ao processo de reassentamento das populações deslocadas e repatriadas dos países vizinhos.

Neste contexto, mais de oito escolas já foram erguidas nos vários distritos da província, com destaque para Machaze, que já beneficia de cinco estabelecimentos de ensino, ao mesmo tempo que, no sector da Saúde, estão em construção vários postos e centros sanitários, uma medida que poderá minimizar a grande procura destas instituições sociais nos locais de maior concentração de repatriados e outras populações carenciadas.

Os referidos projectos, de acordo com Garicai Penicela, incluem também a construção e reabilitação de estradas, pontes, poços e furos de água, com vista ao fornecimento de água potável aos centros de refixação de repatriados

que reiniciam a vida a partir do nada em várias regiões do país.

No âmbito das estradas, além da componente desminagem, prevê-se a reabilitação do troço Chitobe/Save e Save/Chissanga, no distrito de Mossurize, facilitando assim as ligações rodoviárias entre aquele distrito com o de Machaze e cidade de Chimioio.

Para o caso específico de desminagem, segundo a nossa fonte de informação, os trabalhos estão sendo levados a cabo pela "GTZ", uma organização não-governamental que opera na província.

O nosso interlocutor refere ainda que além desses projectos que vão facilitar a reinserção dos repatriados na vida sócio-económica, o ACNUR está levando a cabo um programa de assistência humanitária, que consiste na distribuição de alimentos, sementes e utensílios agrícolas, domésticos e outros bens para a sua sobrevivência.

Estes donativos, que estão apazados para 12 meses, constituem, de acordo com Penicela, alicerces para a criação individual de um futuro social estável, dependendo assim, do tal programa "de desmame" que consiste em cortar o auxílio humanitário aos repatriados com mais 12 meses no país.

"O nosso objectivo actual não é fazer habituar as pessoas a viverem dependentes de donativos. É, sim, de impulsionar os repatriados a produzirem para a sua auto-suficiência, o que passa necessariamente pela limitação de ajudas gratuitas" — sublinhou Garicai.

Recorde-se que no mês passado repatriados famintos amotinaram-se em Guro e noutras regiões da província exigindo a reposição das suas quotas cortadas pela Comissão de Emergência e pelo "NAR", por incumbência das organizações doadoras em Manica.

Para aqueles repatriados, que já assistiram a mortes de seus familiares e amigos, devido à fome, a pessoa não pode ser "desmamada", enquanto as estruturas reconhecem que a situação de fome que grassa a região norte da província, em cuja penúria os repatriados não escaparam, é um facto que podia sensibilizá-las a manter o auxílio alimentar até que o sucesso das campanhas agrícolas o justifique".

Aliás, já são frequentes os casos de mortes por subnutrição e estruturas da Saúde e da Agricultura procuram estabilizar a vida das populações, ao contrário das actuais medidas da Comissão Provincial de Emergência.